

120. BEM-ESTAR SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: APLICAÇÃO DA TEORIA DAS CAPACIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ana Julia Conartoli

Graduanda, UniCesumar.

Maringá- Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-8810-0174>

<https://lattes.cnpq.br/2010146027935046>

anajulha82@gmail.com

Fernando Rodrigues de Almeida

Doutor, UniCesumar.

Maringá- Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6144-7752>

<http://lattes.cnpq.br/2882794362021505>

fernando.almeida@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este estudo realiza uma análise crítica do conceito de bem-estar social e econômico no contexto brasileiro, fundamentada na Teoria das Capacidades de Amartya Sen, com o objetivo de investigar como essa abordagem teórica pode subsidiar políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Partindo da premissa de que indicadores econômicos tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB), são insuficientes para avaliar o desenvolvimento humano, o trabalho articula a crítica seniana à pobreza como privação de capacidades, abordando dimensões como saúde, educação e liberdades fundamentais. Por meio de pesquisa qualitativa, com método dedutivo e revisão bibliográfica crítica, analisa-se a eficácia das políticas sociais brasileiras e identifica-se como a adoção de indicadores multidimensionais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pode ampliar a compreensão das desigualdades sociais e fomentar diretrizes orientadas à promoção de liberdades substantivas. Os resultados esperados incluem a proposição de políticas públicas centradas na capacitação individual e coletiva, integrando economia, direito e justiça social para garantir um desenvolvimento humano mais justo e efetivo. Outrossim, busca-se mapear falhas estruturais das políticas atuais, como a ênfase em medidas paliativas, e destacar a necessidade de reformas que promovam oportunidades reais, fortalecendo a cidadania e o exercício pleno dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Amartya Sen. Políticas Públicas. PIB.

ABSTRACT

This study conducts a critical analysis of the concept of social and economic well-being in the Brazilian context, grounded in Amartya Sen's Capability Approach, with the aim of investigating how this theoretical framework can support more effective and inclusive public policies. Based on the premise that traditional economic indicators, such as Gross Domestic Product (GDP), are insufficient to assess human development, the study articulates Sen's critique of poverty as a deprivation of capabilities, addressing dimensions such as health, education, and fundamental freedoms. Through qualitative research, using a deductive method and critical bibliographic review, the effectiveness of Brazilian social policies is examined, and it is identified how the adoption of multidimensional indicators, such as the Human Development Index (HDI), can broaden the understanding of social inequalities and guide policies aimed at promoting substantive freedoms. The expected results include the proposal of public policies centered on individual and collective empowerment, integrating economics, law, and social justice to ensure more equitable and effective human development. Furthermore, the study seeks to map structural shortcomings of current policies, such as the emphasis on palliative measures, and highlight the need for reforms that promote real opportunities, strengthening citizenship and the full exercise of the fundamental rights established in the Federal Constitution.

KEYWORDS: Amartya Sen; Public Policies; GDP.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central uma análise crítica do conceito de bem-estar social e econômico, fundamentada na Teoria das Capacidades de Amartya Sen, com o objetivo de investigar como essa abordagem teórica pode orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes no Brasil. A pesquisa parte da premissa de que os indicadores econômicos tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB), são insuficientes para avaliar a qualidade de vida e a justiça social, uma vez que ignoram dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, como acesso à saúde, educação e liberdades individuais. Em um país marcado por profundas desigualdades estruturais, como o Brasil, tal limitação teórica revela-se problemática, visto que oculta realidades de exclusão que persistem mesmo em momentos de crescimento econômico.

A partir da crítica de Sen à visão reducionista da pobreza como mera falta de renda, o estudo busca reorientar o debate sobre políticas públicas para uma perspectiva que priorize a expansão das capacidades humanas como base para a superação das desigualdades estruturais. Outrossim, este estudo tem como objetivo central investigar de que maneira a teoria das capacidades de Amartya Sen pode ressignificar a noção de bem-estar e fundamentar a formulação de políticas públicas no Brasil. Para tanto, estrutura-se em quatro eixos específicos, como análise comparativa das críticas de Sen aos indicadores tradicionais de desenvolvimento, como o PIB, em contraste com a abordagem multidimensional do IDH; avaliação crítica das políticas sociais brasileiras à luz dos princípios da teoria das capacidades, com ênfase em sua efetividade para ampliar oportunidades reais; identificação de obstáculos estruturais, como desigualdades educacionais, precariedade de serviços básicos e disparidades regionais, que comprometem o desenvolvimento humano; e a elaboração de diretrizes para políticas públicas orientadas à expansão de liberdades substantivas, garantia de direitos fundamentais e promoção de capacitações individuais e coletivas. Em um momento de crise fiscal e questionamentos sobre o papel do Estado, este trabalho posiciona-se como um contraponto à narrativa de austeridade, explicitando que investimentos em capacidades humanas são não apenas éticos, mas economicamente estratégicos.

Assim, como argumenta Sen, a expansão das liberdades individuais é simultaneamente um fim e um meio do desenvolvimento, pois, cidadãos capacitados são agentes ativos na construção de economias mais dinâmicas e sociedades mais justas. Logo, a pesquisa busca demonstrar que a adoção de uma lógica baseada em capacidades

não representa um custo, mas um investimento no futuro do país, o qual o bem-estar seja medido não por cifras abstratas, mas pela concretude de vidas dignas e plenamente vividas. Outrossim, embora esta pesquisa busque contribuir significativamente para o debate sobre desenvolvimento humano e políticas públicas, é primordial reconhecer as limitações inerentes à sua abordagem, como a natureza teórico-qualitativa da pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, implica a ausência de coleta de dados primários. Isso restringe a capacidade de mensurar empiricamente o impacto concreto das políticas brasileiras na expansão de capacidades, limitando-se a inferências críticas a partir de fontes secundárias.

Ainda que a análise de relatórios da ONU e dados oficiais ofereça subsídios relevantes, lacunas na atualização ou transparência dessas fontes podem afetar a precisão da avaliação, especialmente em um contexto dinâmico como o brasileiro, marcado por mudanças políticas e econômicas recentes. Outra limitação que pode ser citada, reside na complexidade operacional da Teoria das Capacidades, que, por sua natureza multidimensional e focada em liberdades substantivas, enfrenta desafios metodológicos para ser traduzida em indicadores práticos. A subjetividade inerente a conceitos como "oportunidades reais" ou "vidas valorizadas" dificulta a criação de métricas universalmente aplicáveis, o que pode gerar imprecisões na proposta de diretrizes políticas. Além do mais, a ênfase de Sen em capacitações individuais pode subestimar obstáculos estruturais sistêmicos, como o racismo institucional ou a concentração de poder político, que demandam transformações coletivas e macrossociais para serem superados.

Ademais, o estudo enfrenta a limitação geográfica e temporal inerente ao foco no contexto brasileiro. As particularidades históricas, culturais e institucionais do país, como seu legado colonial e desigualdades regionais, podem restringir a generalização dos achados para outras realidades. Ainda que a teoria das capacidades tenha aplicação universal, sua operacionalização em políticas públicas exige adaptações contextuais que não são totalmente exploradas neste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica está ancorada na obra de Amartya Sen, especialmente em *Desenvolvimento como Liberdade e Desigualdade Reexaminada*. Sen redefine o desenvolvimento como um processo de ampliação das liberdades reais dos indivíduos, argumentando que a pobreza deve ser entendida como uma espécie de privação de

capacidades, tais como a falta de acesso à educação ou saúde, e não apenas como insuficiência de recursos financeiros. Essa abordagem contrapõe-se às métricas tradicionais, como o PIB, ao propor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como alternativa mais abrangente, que integra expectativa de vida, educação e renda.

A teoria das capacidades, portanto, oferece um arcabouço para repensar o papel do Estado na garantia de direitos fundamentais, deslocando o foco do crescimento econômico para a promoção de condições que permitam aos cidadãos exercerem suas potencialidades de fato. Além disso, reforça a necessidade de se considerar as particularidades sociais, culturais e institucionais de cada contexto, a fim de construir políticas mais sensíveis às reais necessidades da população. A abordagem de Sen também enfatiza a importância de garantir igualdade de oportunidades e de eliminar barreiras que limitam a eclosão do ser humano, como discriminações históricas, exclusões sociais e desigualdades estruturais. Assim, este trabalho propõe uma análise aprofundada do bem-estar social e econômico à luz da teoria das capacidades desenvolvida por Amartya Sen, que amplia o conceito de pobreza para além da simples ausência de renda, abordando-a como uma privação de capacidades básicas e direitos fundamentais.

Este enfoque teórico, que representa uma contribuição significativa para a ciência econômica e jurídica, propõe uma compreensão mais completa e complexa das condições de vida da população e de como políticas públicas podem ser melhor direcionadas para promover o verdadeiro desenvolvimento humano. A relevância teórica deste estudo se encontra na interseção entre a teoria do direito e as ciências econômicas, ao buscar superar os modelos tradicionais de avaliação de bem-estar, como o PIB per capita, que despersonalizam a realidade social ao focar apenas em aspectos quantitativos. A abordagem de Sen, ao introduzir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma alternativa mais detalhada e realista, destaca a importância de considerar não apenas os recursos disponíveis, mas também as capacidades efetivas dos indivíduos para exercerem seus direitos fundamentais, como educação, saúde e condições dignas de vida. Esse deslocamento teórico oferece uma perspectiva mais humana e contextualizada para a formulação de políticas públicas, o que é fundamental para o avanço do direito como instrumento de garantia de dignidade e justiça social.

No campo prático, este projeto contribuirá para a análise crítica da implementação de políticas públicas no Brasil, com especial atenção para sua efetividade em promover o desenvolvimento humano e a garantia de direitos básicos. A pesquisa visa, ainda, diante

de sua base teórica, oferecer subsídios para a formulação de novas políticas mais alinhadas com os princípios defendidos por Amartya Sen, com o objetivo de influenciar a elaboração de legislações mais eficazes e justas, capazes de abordar as desigualdades sociais de maneira estrutural e proporcionar melhores condições de vida à população.

A escolha do tema também está intimamente ligada à importância crescente da discussão sobre direitos humanos e da necessidade de reanalisar as bases normativas que estruturam a proteção de direitos no Brasil, especialmente em um contexto global de transformações socioeconômicas. Este estudo se justifica, portanto, pela urgência em repensar o papel das políticas públicas na promoção do bem-estar social e no combate à desigualdade, não apenas do ponto de vista econômico, mas também sob a ótica dos direitos fundamentais. Desta forma, ele contribuirá tanto para o desenvolvimento teórico do direito quanto para a construção de práticas mais justas e inclusivas na sociedade contemporânea baseando-se nas obras senianas.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente trabalho será de natureza qualitativa e seguirá o método dedutivo, tendo como principal recurso a revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa permitirá uma análise aprofundada dos conceitos e teorias de Amartya Sen, buscando compreender como a noção de bem-estar social e econômico, ancorada na teoria das capacidades, pode ser aplicada à realidade brasileira para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. O método dedutivo será utilizado para partir de princípios gerais, como a teoria das capacidades de Sen, e aplicá-los a casos específicos, como a formulação de políticas públicas no Brasil e a análise de sua efetividade na garantia dos direitos fundamentais e na promoção do desenvolvimento humano.

A revisão bibliográfica será realizada por meio da análise de livros, artigos acadêmicos e demais documentos científicos disponíveis em bases de dados confiáveis, como Google Acadêmico, SciELO, Portal da CAPES, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e outras plataformas relevantes. Também serão analisados documentos institucionais e normativos, como os Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU, documentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), relatórios do IBGE, IPEA e de órgãos governamentais brasileiros, que tratam de políticas públicas, desigualdades sociais e indicadores de desenvolvimento. Não será realizada uma coleta de dados primários, visto que o foco da pesquisa será teórico e documental, com base em

fontes secundárias amplamente reconhecidas na literatura acadêmica. A análise dos dados consistirá em uma avaliação crítica das obras de Amartya Sen, com especial atenção para os conceitos de capacidades e desenvolvimento humano, buscando correlacioná-los com a realidade social e jurídica brasileira.

A crítica teórica será direcionada à identificação de lacunas nas políticas públicas brasileiras, como a limitação da abordagem econômica centrada exclusivamente em renda, a baixa efetividade de programas sociais em regiões vulneráveis e a carência de políticas que promovam liberdades substantivas. A pesquisa buscará, ainda, mapear boas práticas nacionais e internacionais que possam servir de inspiração para redefinir políticas públicas voltadas à expansão de capacidades. A tabulação e análise dos dados seguirão uma lógica argumentativa e comparativa, integrando os referenciais teóricos à realidade empírica. Para tanto, será utilizado um roteiro analítico estruturado com base nos principais indicadores multidimensionais do IDH, bem como em critérios qualitativos, como equidade, efetividade e justiça distributiva.

O objetivo central dessa análise será identificar, de forma sistemática, os elementos que comprometem a efetivação dos direitos fundamentais no Brasil e propor alternativas fundamentadas nos princípios da teoria das capacidades. Além disso, a metodologia adotada permitirá observar como o direito, enquanto instrumento normativo, pode ser orientado pela promoção do desenvolvimento humano, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Ao alinhar teoria e realidade, espera-se que a pesquisa ofereça subsídios concretos para o aprimoramento da formulação e implementação de políticas públicas no país, com foco na dignidade humana como eixo central do bem-estar social.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS

Objetiva-se com o presente trabalho, de modo geral, analisar como a teoria das capacidades de Sen pode reformular a concepção de bem-estar e orientar políticas públicas no Brasil. Bem como, de modo específico, busca-se comparar críticas de Sen às métricas tradicionais (PIB) com a proposta multidimensional do IDH; avaliar a efetividade das políticas brasileiras à luz dos princípios de capacidades; identificar também limitações estruturais, como desigualdade no acesso à educação que impedem o desenvolvimento humano em sua forma integral; do mesmo modo, propor diretrizes para políticas públicas centradas na expansão de liberdades e direitos básicos.

Além disso, pretende-se observar como fatores culturais, regionais e institucionais influenciam na eficácia das políticas públicas e na possibilidade de sua adequação aos pressupostos da teoria das capacidades. Outrossim, como resultados esperados, há o intuito de uma contribuição teórica ao articular a teoria das capacidades com o campo do direito, e não apenas no campo econômico, destacando seu potencial para repensar a relação entre Estado, direitos fundamentais e desenvolvimento.

Uma análise crítica, no mapeamento de falhas nas políticas públicas brasileiras, como a focalização excessiva em transferência de renda sem investimentos paralelos em capacitação, como qualificação profissional, visto que há programas que contribuem para a redução da pobreza monetária, entretanto não garantem autonomia real. Da mesma forma, busca-se demonstrar que o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, não deve ser apenas formalmente garantido, mas efetivado por meio de políticas que levem em conta as especificidades locais e as múltiplas dimensões da exclusão social. Bem como, propostas práticas, ao sugerir a integração do IDH e outros indicadores multidimensionais na avaliação de políticas, além de reformas setoriais.

Propõe-se, ainda, a adoção de ferramentas de monitoramento contínuo da eficácia dessas políticas, assegurando que a expansão das capacidades ocorra de forma equitativa e eficiente. Igualmente, busca-se fomentar o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, incentivando abordagens interdisciplinares e colaborativas que contribuam para a elaboração de soluções mais eficazes.

Dessa forma, espera-se promover uma mudança de paradigma na formulação de políticas públicas, priorizando o desenvolvimento humano integral. Em suma, ao vincular a teoria das capacidades à realidade brasileira, este trabalho busca demonstrar que o desenvolvimento humano exige mais do que crescimento econômico, demanda a criação de oportunidades reais para que indivíduos exerçam suas liberdades. A pesquisa posiciona-se como um esforço interdisciplinar para conectar economia, direito e justiça social, oferecendo subsídios para políticas públicas que priorizem a dignidade humana em detrimento de meros números macroeconômicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BENTES, Natalia Mascarenhas Simões; BRÍGIDA, Yasmim Salgado Santa. Vinculação dos direitos econômicos, sociais e culturais: uma discussão do desenvolvimento humano

com base no conceito de Amartya Sen sobre o mínimo existencial. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 15, n. 3, 2018 p.98-120.

FERNANDES, Ricardo M.; SILVA, Mônica R. A aplicação da teoria das capacidades de Amartya Sen em políticas públicas de desenvolvimento social no Brasil. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 39, n. 136, p. 101-122, 2020. Disponível em: <http://www.portalperiodicos.capes.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Portal do IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

PINTO, Cláudia B. A teoria das capacidades de Amartya Sen: uma análise crítica das políticas públicas brasileiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 127-145, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7FBvXJXVJWDmrHzNVSBHHRk>.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2020. Disponível em: <https://www.pnud.org/rdh/2020>.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. Commodities and capabilities. Oxford: Oxford University Press, 1985.

SEN, Amartya. Development as freedom. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SEN, Amartya. Inequality reexamined. Cambridge: Harvard University Press, 1992.